

ÍNDICE

Prefácio	7
MANUEL CARLOS SILVA	
Apresentação	11
LUÍSA MARTINS FERNANDES, EMÍLIA ARAÚJO, LILIANA I. CASTAÑEDA-RENTERÍA, ROSALINA VEIGA	
PARTE I. ENSINO SUPERIOR	
Sin temor, enfrentando las desigualdades de género en el espacio universitario – La Oficina para la Igualdad de Género y Diversidad de la Pontificia Universidad Católica del Perú	15
ALIZON RODRÍGUEZ NAVIA	
Formación democrática en igualdad de género – Construyendo una política para la Universidad de La Frontera	23
BÁRBARA EYTEL PASTOR CAMILA ROJAS SÁNCHEZ	
Estrategias para la igualdad de género en ITESO – Universidad Jesuita de Guadalajara, México	31
CARMEN DÍAZ ALBA MARIANA ESPELETA OLIVERA	
Violencia de género e igualdad sustantiva en la universidad – Elementos habilitadores para su abordaje	39
CAROLINA OLVERA CASTILLO	
“Hablemos de (des)igualdad”. – Los conversatorios como espacios de reflexión y visibilización de las desigualdades. El caso de CUTonalá de la UdeG, México	45
LILIANA I. CASTAÑEDA-RENTERÍA	
Atención a la diversidad en escuelas urbanas de la Zona Metropolitana de Guadalajara	51
IVETTE FLORES LAFFONT	
Prácticas de inclusión educativa en contextos de educación intercultural	57
JOEL PEDRAZA MANDUJANO	
Interseccionalidad e igualdad en la Educación Superior – Acciones implementadas en el proceso de enseñanza-aprendizaje de Universidad Mexicana	63
KARLA ALEJANDRA CONTRERAS TINOCO	

PARTE I. ENSINO SECUNDÁRIO

Projeto de Mediação de Pares – <i>Bora Lá Mudar!</i> JOSÉ ALBERTO FREITAS ANTÓNIO SOUSA	73
Programa “Me Nuevo” – Importância de uma construção participativa LUÍSA MARTINS FERNANDES ROSALINA VEIGA	77
A transição entre níveis de ensino – Derrubando barreiras LUÍSA MARTINS FERNANDES ROSALINA VEIGA	81
Dados biográficos	85

PREFÁCIO

MANUEL CARLOS SILVA

Começando por saudar as organizadoras e autoras/es por esta obra, cabe-me agradecer a generosidade da solicitação das organizadoras Luísa Martins Fernandes, Emília Araújo, Liliana Casteñeda Rentería e Rosalina Veiga para fazer o Prefácio, a que acedi com todo o gosto.

Ainda que sob diversas formas e graus, as desigualdades de género têm constituído um fenómeno histórico recorrente em diversos tipos de sociedade. Na moderna sociedade capitalista, elas têm-se imbricado nos processos de (re)produção desta e nalguns dos seus mecanismos políticos e ideológicos, ocultando-se, aliás não raro, sob razões “naturais”, “biológicas” ou “(pseudo)psicológicas” (cf. Hartman 1982; Amâncio 1994; Bourdieu 1998; Crompton 2003). A nível estrutural, organizacional e interativo, as desigualdades de género manifestam disparidades no acesso e no controlo de recursos, designadamente oportunidades, remunerações do trabalho e demais condições socioeconómicas, nas carreiras e em postos de poder, em regra, em detrimento das mulheres, na vida tanto pública como familiar/privada (Abbot e Wallace 1991; Silva 2016).

A desigualdade de género, sendo uma questão nuclear, assim como as desigualdades de classe e étnico-raciais, exige análises a nível societal, nos diversos espaços organizacionais/institucionais e na vida quotidiana, para o que, contrariando pressupostos positivistas, se impõem diagnósticos em vista da ação coletiva, tendo no horizonte a sua erradicação, assim como a eliminação de todas as formas de violência de género.

Lendo os sucessivos capítulos desta obra, apercebi-me de que as respetivas autoras/es, para além de, em regra, apresentarem um breve enquadramento sócio-histórico e teórico-metodológico e até uma perspetiva interseccional e multidimensional, apresentam diagnósticos das diversas formas de desigualdade e discriminação de género em instituições de ensino superior e secundário, constatando o assédio sexual e laboral, a violência e a discriminação de género, uma educação sexista e a menor participação das mulheres nas lideranças e nos cargos oficiais. Mais: os artigos apresentam um assinalável e louvável objetivo: o de partilharem contributos para a intervenção concreta nos respetivos espaços educativos aos níveis dos ensinos superior e secundário, ainda e amiúde perpassados de estereótipos de género e práticas androcêntricas.

Estamos assim perante uma obra sobre uma das mais frequentes formas de exclusão e violência em contexto escolar, que, sendo empiricamente informada e cientificamente fundamentada, tem o mérito adicional de propor estudos de género na (pós-)graduação e incorporar de modo transversal na universidade o enfoque de género nos diversos departamentos e cursos; fazer o inventário e diagnóstico da situação e implementar estratégias diferenciadas; abrir canais de articulação e comunicação (v.g., reuniões, redes sociais, normativas, modelos de intervenção), capacitando e sensibilizando docentes, funcionários/as e estudantes; combater práticas machistas, mas incorporando e consciencializando os próprios homens no objetivo da igualdade; e, não menos importante, introduzir a dimensão pedagógica no sentido de promover boas práticas através da criação de oficinas em prol da igualdade de género.

A obra apresenta ainda a particularidade de agregar e articular dez estudos de caso, sendo sete no ensino superior em universidades latino-americanas e três no ensino básico e secundário. Com efeito, Alizon Rodriguez Navia, da Pontifícia Universidade Católica de Peru (PUCP), evidencia a segmentação e segregação por género. Ou seja, havendo 51% de mulheres matriculadas, apenas 14% frequentam cursos tecnológicos e 30% em Engenharia Industrial e Civil; além disso, as mulheres sofrem contratos precários na docência e estão arreadas de cargos de chefia.

Bárbara Eytel Pastor e Camila Rojas Sanchez, na Universidade da Frontera (UFRO) no Chile, também verificam a segmentação entre os cursos CTEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*), maioritários entre homens, *versus* os de saúde e cuidados, entre mulheres, em que estas gizam estratégias ora de mobilização e subversão da ordem de género, ora de práticas de escuta e respeito, promovendo a igualdade de género. Seguidamente, Carmen Diaz Alba e Mariana Espeleta Olivera, da Universidade Jesuíta de Guadalajara, constataam que sem enquadramento institucional continuam as resistências em reconhecer o problema, chamando a atenção para uma abordagem integral através da criação de uma comissão e coletivos para prevenção, mediação-diálogo e apoio concreto a vítimas de violência.

Tal posicionamento institucional é partilhado também por Carolina Olivera, da Universidade Autónoma de San Luís de Potosi (UASLP), que, constatando um ambiente tradicional patriarcal: estimula a agência estudantil; sugere um Protocolo de Defesa dos Direitos Humanos e a figura de provedor/a para o efeito; propõe murais de denúncia de violências e uma placa de reconhecimento e restauração de dívida histórica para com as mulheres, enquadrando a luta no ponto 5 sobre Igualdade de Género no quadro dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por sua vez, Liliana Castañeda-Rentería propõe, numa perspetiva integrada, rodas de conversa horizontais, de 80 minutos (com diapositivos e moderador/a), no Centro Universitário de Tonalá (CUT Tonalá) na Universidade de Guadalajara-México, como espaços de reflexão e visibilização de estereótipos e desigualdades de género. Na mesma instituição, Ivette Flores Laffont, considerando a diversidade das Escolas Urbanas na zona metropolitana de Guadalajara, descortina a falta de sensibilidade dos docentes para fenómenos de segregação e discriminação de indígenas nas referidas escolas (entre 10% e 15%) e aponta a necessidade da observação participante de modo a conhecer a cultura indígena e obstáculos para a aprendizagem, fortalecer a comunicação, a participação e a interação (professores e alunos/as), a interculturalidade e o trabalho cooperativo.

Ainda no âmbito das práticas de inclusão educativa em contextos de educação intercultural, Joel Pedraz Mandujano, considerando os Tratados de San Andrés Larrainzar na sequência do levantamento do Exército Zapatista em 1994, e tendo por objetivo explicar experiências de inclusão na Licenciatura em Comunicação Intercultural na Universidade Intercultural do Estado do México (UIEM), dá conta do panorama histórico de situações de marginalização de alunas/os e propõe um modelo intercultural de educação com base na etnografia, no reconhecimento da diversidade sexual e na promoção de atividades centradas no eixo de vinculação comunitária intergeracional, designadamente indígena.

Associada a esta problemática é convocada por Karla Alejandra Contreras Tinoco, professora no Centro Universitário de la Ciénega da Universidade de Guadalajara no México, uma reflexão sobre interseccionalidade e igualdade no ensino superior, assente na própria experiência autocrítica, saindo do padrão convencional de homogeneidade e ‘neutralidade’ excludente, branca e da dita classe média, para uma abordagem interseccional relativamente a estudantes migrantes rurais e indígenas, desenvolvendo uma dinâmica de apresentação, a aplicação de questionário-diagnóstico e a geração de autoconsciência da própria situação (de privilégio ou desvantagem) a partir da matriz de Patricia Collins sobre interseccionalidade.

Seguidamente, são apresentados nesta obra três estudos de caso sobre o ensino básico-secundário. Um primeiro por José Alberto Freitas e António Sousa, respetivamente Diretor e ex-Diretor do Agrupamento de S. Torcato (sede de quatro Escolas agregadas), os quais, operando num Território Educativo de Intervenção Prioritária, gizaram um projeto alternativo de gestão e/ou prevenção de conflitos, indisciplina e violência por mediação de pares com sessões de capacitação e promoção de alunas/os mediadoras/es, propiciando diálogo e comunicação entre as partes.

Segue-se um outro estudo de caso por parte de Luísa Martins Fernandes e Rosalina da Veiga, ambas investigadoras do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, que analisam o Projeto “Me Muevo” em Vigo. Este projeto, com base no processo de socialização e inclusão na sociedade através duma cultura partilhada na associação *Down Vigo*, visa proporcionar atividades (cinema, teatro, visitas a museus, praia, viagens) para aquisição de habilidades, autonomia, confiança e segurança por parte de crianças e jovens portadoras/es de deficiência (síndrome de Down) desde os 8 anos.

Por fim, num terceiro estudo de caso sobre o secundário, as mesmas autoras, partindo do paradigma da educação inclusiva com garantia de acesso e sucesso, analisam os problemas na transição entre níveis de ensino, não raro causados por inseguranças e barreiras cognitivas e emocionais, criadas amiúde pela instituição escolar. Tal exige o envolvimento e a participação da família e da equipa técnica, conhecimento da diversidade de alunas/os, recursos e planeamento pedagógico com abordagem individualizada em função das necessidades de cada um/a.

Com esta obra de carácter coletivo, as organizadoras e autoras/es estão de parabéns. Para além de contributos de reflexão sócio-histórica e teórica, elas/es oferecem às instituições e leitoras/es análises detalhadas das mais diversas situações de desigualdade e violência de género em contexto de ensino universitário e básico-secundário e propõem pistas de intervenção pedagógica e valiosas recomendações de boas práticas para a intervenção com vista a uma escola democrática e inclusiva e uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOT, P. e WALLACE, C. (1991), *Gender, Power and Sexuality*. Basingstoke: MacMillan.
- AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- BOURDIEU, P. (1998), *La Domination masculine*. Paris: Seuil.
- CROMPTON, R. (2003), “Class and Gender beyond the cultural turn”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 9-24.
- HARTMAN, H. (1982), “Capitalism, patriarchy and job segregation by sex”, in A. Giddens e D. Held (orgs.), *Classes, Power and Conflict*. Londres: MacMillan Education, pp. 446-469.
- SILVA, M.C. (2016), *Desigualdades de género. Família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

APRESENTAÇÃO

LUÍSA MARTINS FERNANDES, EMÍLIA ARAÚJO,
LILIANA I. CASTAÑEDA-RENTERÍA, ROSALINA VEIGA

Nos últimos tempos, as ciências sociais, em comparação com outras áreas científicas, têm-se deparado com sérias dificuldades de comunicação de resultados científicos. Em parte, essas dificuldades advêm da natureza intrínseca da área, pois trata-se, em geral, de conhecimento que facilmente esbarra com a excessiva familiaridade com o social, traduzida pela tentação a que a todos/as ocorre de poder sentir-se dizer a “verdade” acerca da sociedade, ou seja, de teorizar e deduzir explicações e conclusões acerca do que fazemos, como pensamos e nos organizamos socialmente. A estas dificuldades, há que juntar as que decorrem ou do poder de explicações de áreas específicas, ou da ignorância e da vontade de apagamento e de invisibilidade de resultados que, de certa forma, nos interrogam sobre tudo aquilo que se pensa ser “normal”, ou é tomado como adquirido e nos pode levar a práticas, ou ações diferentes que, de certa forma, confrontam essa aparente “normalidade”.

Esperamos que as organizações de ensino e ciência sejam espaços de convivência plural, liberdade e autonomia (Santos & Rodrigues, 2013; Cruz *et al.*, 2024). Esperamos que sejam espaços de transformação individual, impermeáveis a mecanismos implícitos e explícitos de exclusão, discriminação ou violência. Todavia, como temos vindo a frisar, assinalam-se por todo o mundo evidências de diversos tipos de violência que atravessam aqueles espaços e que urge estudar em profundidade (Coffey *et al.*, 2023; Torres *et al.*, 2024).

A “alquimia” que torna o importante acessório e invisibiliza os meandros das relações de poder é assaz definidora da dimensão cada vez mais politizada das instituições de ensino que as expõem a grande vulnerabilidade, face a ventos ideológicos que contribuem para reforçar as divisões já existentes. Como dissemos acima, trata-se de processos complexos e que remetem para realidades heterogêneas, quando consideramos, por exemplo, países europeus e latino americanos. Devido ao perfil de textos que agrega, e tendo em conta a proveniência dos/as autores/as e as suas preocupações relativas às desigualdades de género e diversidade, esta obra pretende fazer algum caminho na tentativa de estabelecer pontes entre o conhecimento científico e a sociedade, contribuindo para o esclarecimento de alguns conceitos e, sobretudo, para a compreensão de medidas de

intervenção e de mudança, implementadas noutros países, em relação aos quais se infere a diversidade de contextos.

Organizações internacionais, tais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) continuam a publicar relatórios e estudos sobre a violência nas escolas assinalando o *bullying* e a violência como fenómenos preocupantes. Também a OMS (Organização Mundial da Saúde) atesta a mesma realidade e o recrudescimento de movimentos e discursos que impelem a conflitos e confrontos com raiz em estereótipos associados ao género, à classe, à raça e etnia, entre outros.

Neste livro descrevem-se, de forma sucinta, alguns casos de projetos que tiveram como objetivo principal o estudo e a intervenção nestas temáticas. Entendemos que podem ser fonte de inspiração para novas ações e servirem para fundamentar a reflexão de tomadores de decisão, educadores e sociedade em geral. Entendemos também que possam servir para tornar as desigualdades mais visíveis e propor maior consciencialização para as questões.

REFERÊNCIAS

- COFFEY, J., BURKE, P. J., HARDACRE, S., PARKER, J., COCCUZOLI, F., & SHAW, J. (2023). Students as victim-survivors: The enduring impacts of gender-based violence for students in higher education. *Gender and Education*, 35(6–7), 623–637. <https://doi.org/10.1080/09540253.2023.2242879>
- CRUZ, P., CERQUEIRA, C., & ARAÚJO, E. (2024). Planos de igualdade de género no ensino superior em Portugal: Descrição e notas reflexivas. *Configurações*, 33. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.20627>
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) (s.d.). *Violence against children*. https://www.who.int/health-topics/violence-against-children#tab=tab_1
- PINHEIRO, P. M., & FURTADO, L. (2018). Uma piadinha não machuca ninguém: A violência simbólica do humor e sua dimensão de controle. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Belo Horizonte, 1–12. Recuperado de <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=557022>
- SANTOS, H., & RODRIGUES, L. (2013). Desigualdades de género no ensino superior português: Desconstruindo os tijolos patriarcais da velha torre de marfim. *Feminismo e Educação*, 116–130. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136728/2/504963.pdf>
- TORRES, A. (Coord.), Campos Pinto, P., Assunção, F., Maciel, D., Coelho, B., Merlini, S., Reigadinha, T., & Ferreira, J. F. (2024). *Igualdade de género no ensino superior em Portugal*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- UNESCO (2021). *School violence and bullying: Global status report*. <https://en.unesco.org/themes/school-violence-and-bullying>